

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas)

354. À MEMÓRIA DE UM HISTORIADOR MINEIRO

O falecimento no início de dezembro do ano passado de Waldemar de Almeida Barbosa abriu um claro nos quadros da historiografia mineira, e mesmo brasileira, pois muito de suas preocupações nos domínios da pesquisa histórica transcendia dos quadros regionais para uma busca mais ampla e quase completa de temas que interessassem à própria historiografia brasileira.

Confrades que éramos, tanto no Instituto Histórico Brasileiro como no de Minas Gerais, nosso convívio, contudo, foi mínimo, pois creio que uma só vez nos encontramos - e isso há muitos anos - num Congresso de História na capital mineira. Mas, mantivemos uma razoável correspondência e nunca deixou ele de me brindar com seus trabalhos e, mais ainda, freqüentes vezes colaborou com valiosos artigos em “Notícia Bibliográfica e Histórica”, publicação da PUC-Campinas. Talvez mesmo seu último trabalho tenha sido acolhido por essa revista - “Equívocos sobre Tiradentes” - que provavelmente ele próprio nem tenha chegado a ver.

Aliás, diga-se de passagem, Tiradentes e a Inconfidência Mineira eram seus temas prediletos, numa série preocupação de levantar novos problemas e principalmente corrigir o tanto que se diz e escreve, no Brasil todo, sobre esses temas tão caros⁴ aos mineiros, como aos brasileiros em geral. Estava sempre a par do que se publicava sobre o assunto tanto no Brasil como em outros países. E mesmo que se tratasse de aspectos polêmicos de qualquer evento histórico - e existirá algum que os não possua? - sempre soube deles cuidar com seriedade, elegância, isenção de ânimo, visando apenas ao esclarecimento da verdade histórica.

Meu nobre confrade Gilberto E. Chaudon, de Niterói, a quem fiquei devendo a gentileza da comunicação da triste ocorrência de Belo Horizonte, preocupou-se em elaborar criterioso e simpático trabalho sobre o historiador mineiro, com quem sempre teve maior convívio, lembrando que, na sua carreira de historiador, Waldemar de Almeida Barbosa “sempre teve por lema a busca da verdade, baseada em documentos, o que o levava a intensas e sempre trabalhosas pesquisas nos arquivos, pois reprovava toda afirmação leviana, que não fosse documentada e devidamente apurada sua autenticidade”.

Do **Dicionário bibliográfico** do Instituto Histórico Brasileiro retiro os seguintes dados sobre sua produção. Em 1960, recebeu o Prémio João Ribeiro pela obra **Nomenclatura gramatical brasileira**; em 1964, obteve o Prémio Sílvio Romero com o trabalho **O Congado no Oeste Mineiro**; em setembro de 1970, outro prêmio com o livro **Negros e quilombos em Minas Gerais**; em 1976 conquistou os dois primeiros lugares do Prémio Poder Legislativo, com seus trabalhos **A Câmara dos Deputados como fator da unidade nacional** e **A Câmara dos Deputados e o sistema de governo parlamentar no Brasil**.

Além dos livros acima referidos, publicou **A bandeira de Minas Gerais** (1961), **A verdade sobre Tiradentes** (1961), **Dores do Indaiá do passado** (1962), **A Capitania de Minas Gerais** (1970), **Geografia humana e econômica do Brasil** (1969), **Os Concílios Ecumênicos e a Questão Religiosa no Brasil** (1970), **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais** (1971), **Minas e a Independência** (1972), **Barão de Eschwege** (1978), **O caçador de esmeraldas** (1981), **O Aleijadinho de Vila Rica** (1985), **Dicionário da terra e da gente de Minas** (1985) e **Breve História de Minas Gerais** (1989).

Se grande foi a sua produção em livros, acrescente-se a ela numerosa colaboração em revistas de cultura, não só de Minas, mas também de outras regiões do Brasil, nelas colaborando assiduamente até bem pouco antes de seu falecimento com mais de noventa anos. Como lembrou Chaudon “ultimamente teve que diminuir o ritmo de trabalho por motivo de deficiência visual, agravada pela doença que o vitimou”. Nascido em Dores do Indaiá a 23 de outubro de 1907, faleceu no dia 4 dezembro de 1999. Aqui ficam estas simples palavras em memória de quem tanto fez pela nossa cultura histórica. 15-1-2000.

355. “CELLULA MATER”

Nos muitos e muitos anos em que lecionei História do Brasil, tanto no ensino médio como no universitário, sempre fiz sentir aos meus alunos o caráter municipalista de nossa evolução histórica. E começava com um exemplo por assim dizer cronológico: a data da fundação de São Vicente - 22 de janeiro de 1532 - era das poucas que fazia que meus alunos soubessem. E frisava que não era por ser simplesmente a data da fundação de um povoado, mas porque a fundação desse povoado, cujas bases foram lançadas por Martim Afonso de Souza e seus companheiros, implicava na criação da instituição municipal no Brasil, com o estabelecimento da primeira vila. Mais ainda: pode-se datar desse ato o próprio início do que se chamaria a “colonização oficial” do Brasil.

Esse tríplice significado do 22 de janeiro de 1532 - fundação da vila de São Vicente, instituição do poder municipal e início da colonização oficial - dava-lhe um papel de suma relevância nos fastos de nossa história. Tornou-se, assim, São Vicente, a “cellula mater” da vida administrativa e municipal brasileira e não foi sem propósito que o idealizador de seu brasão-de-armas nele inscreveu a significativa expressão latina.

Em seu magnífico estudo sobre a função política do município no Brasil (1972), lembrava o saudoso professor Brasil Bandecchi que o estudo do município tem sido quase sempre relegado a um segundo plano, não aparecendo com o devido destaque em nossa história. Mas o próprio Brasil Bandecchi desmentiu sua asserção ao arrolar em seu livro extensa bibliografia, desde a clássica obra de Carneiro Maia (1883)

passando por Deolindo Amorim, Machado Paupério, Edmundo Zenha, Orlando de Carvalho, Oliveira Viana, Tavares de Lyra, Nestor Duarte, Eulália Lobo, Vitor Nunes Leal, aos quais acrescentaria todos os que têm escrito sobre a história do Direito no Brasil. Mais ainda: embora o município tenha sido em muito reduzido em sua função, expressão e significado, os temas relativos a ele aparecem com frequência em congressos, simpósios, etc., mostrando sua atualidade e interesse permanente.

De fato, ao município se prendem temas de história administrativa, de história política, de história social, de direito, de sociologia, de política, de geografia e geopolítica. Em torno dele pode ser feita a própria história do país e onde certamente assiste razão a Brasil Bandecchi é na observação de que há aspectos da vida municipal que não estão ainda convenientemente estudados.

Uma das grandes vantagens para a história do município é a que diz respeito às fontes. Para a história interna do país, nenhum documento mais valioso do que as atas das câmaras municipais. A continentalidade territorial do Brasil, o povoamento ralo e disperso, a ausência de comunicações entre as várias partes do país e o poder central instituído no governo geral, deu ao município um sentido de autonomia que talvez nem estivesse em sua essência, mas que acabou suplantando qualquer outro poder porventura existente no Brasil. Daí, o sentido tipicamente municipalista de nossa evolução.

Eis porque me pareceu de justiça, precisamente na data de hoje, evocar a “cellula mater” da municipalidade brasileira, com a fundação de São Vicente. A velha cidade litorânea, mais que qualquer outra do país, poderia reivindicar o “slogan” que vem sendo, nem sempre com justiça, atribuído a outras localidades: “Aqui começou o Brasil”... 22-1-2000

356. CINCO DE FEVEREIRO

A data de hoje deve revestir-se de muito significado para diversas cidades paulistas, entre elas Campinas e Itu. E mais Sorocaba e Taubaté, e também Curitiba, que, na época, pertencia a São Paulo. De

fato, nessa data, no ano de 1842, o então presidente da província de São Paulo, José da Costa Carvalho, Barão, Visconde de depois Marquês de Monte Alegre, assinou decreto elevando à categoria de “cidade” as cinco vilas mencionadas. Todas conservando seus nomes, menos Campinas que, na época, chamava-se São Carlos, e teve pelo referido decreto restabelecida a sua antiga denominação de “Campinas”. Quanto à atual capital paranaense, lembremos que só em 1853, ou seja onze anos mais tarde, foi que o Paraná separou-se de São Paulo, passando a constituir uma província autônoma.

Há coisa de duas semanas, nesta mesma folha, tive oportunidade de tratar de uma outra data histórica significativa - O 22 de janeiro - que lembrava a fundação de São Vicente no longínquo ano de 1532. Chamei a atenção dos leitores para o que representou, do ponto de vista administrativo, essa fundação da vila de São Vicente, que significou a instituição, no Brasil, do poder municipal. Foi, portanto, São Vicente o primeiro município brasileiro (“vila”, na terminologia antiga) e daí a profundidade da legenda de seu brasão de armas, no qual se inscreve “Cellula Mater”.

Na organização administrativa da época, a sede de município tinha a prerrogativa de “vila”. Eis porque qualquer aglomerado urbano, assim que apresentasse significativo desenvolvimento, a primeira coisa de que cuidava era pleitear a condição de “vila”. A “cidade” praticamente não existia a não ser em poucos centros urbanos, como as sedes de governo ou localizados em áreas reservadas pelo governo para qualquer finalidade. “Cidade”, na realidade, não passava de um título por assim dizer honorífico concedido à vila como uma espécie de homenagem, tanto pelo seu desenvolvimento como pela sua participação na vida do país. E sobre este aspecto o ato de 5 fevereiro de 1842 foi bastante feliz, pois beneficiou cinco vilas de passado glorioso e de funções definidas dentro da geografia histórica brasileira: três delas, vinculadas diretamente ao bandeirismo e duas outras testadas como “pontas de lanças” no povoamento para o Oeste. É curioso constatar que, das cinco, a mais recente era Campinas, tornada vila em fins do século XVIII e nesta qualificação permanecendo pouco mais de quarenta anos. Enquanto que as outras todas tinham a seu crédito até dois séculos a mais em sua história.

Quando o Marechal Müller elaborou seu tão citado recenseamento da província paulista (1836), portanto apenas seis anos antes de ato de 1842, não havia sequer uma “cidade” em São Paulo, a não ser, naturalmente, a capital. Santos, a primeira a ter tal prerrogativa, só a obteve em 1839.

Vale observar que, do ponto de vista jurídico ou administrativo, a elevação de um “vila” à categoria de “cidade” não implicava em nenhuma alteração jurídica ou funcional em sua estrutura. Daí, poder-se dizer que a “cidade” era mais uma distinção honorífica, mas que envaidecia o aglomerado beneficiado com tal honraria. Hoje, a situação é outra. Qualquer município que se crie, seja de que importância for, recebe automaticamente o título de “cidade”. A palavra “vila”, antes tão valorizada, praticamente desapareceu de nossa nomenclatura administrativa, sendo usada apenas para identificar bairros urbanos, como ocorre em todas as atuais cidades. Pareceu-me importante recordar a data de hoje. Em Campinas, propus - e consegui - que o “5 de Fevereiro” fosse atribuído a uma rua. Não sei se em alguma outra das quatro cidades, alguém teve semelhante lembrança. 5-2-2000

357. O MESTRE DA SONATA

Figura realmente marcante da música instrumental do classicismo, Domenico Scarlatti impõe-se não só pela enorme influência que exerceu, como pela maneira tão direta que o ligou ao seu instrumento, o cravo. Não apareceu por acaso. Tinha atrás de si uma longa tradição musical que culminava em seu pai, Alessandro Scarlatti, o criador da chamada “Escola Napolitana”. Foi em Nápoles que nasceu no ano de 1685, o mesmo ano que viu o nascimento das duas maiores figuras do classicismo musical: Bach e Handel. Sobreviveu ao primeiro e faleceu dois anos antes do segundo, pois foi em 1757 que viu encerrar-se sua tão profícua existência. Percorreu numerosos países. Viveu em Veneza, em Roma, em Portugal, na Inglaterra e na Espanha, onde veio a falecer.

Recebeu em sua formação marcada influência do pai, que desde cedo lhe reconheceu o talento, estimulando-o e oferecendo-lhe as primeiras oportunidades. Iniciou-se na música escrevendo óperas, vendo-se aqui a primeira influência paterna. Entre suas primeiras composições

cumpre assinalar “Sílvia”, por ele denominada “drama pastoril”, “Orlando”, “Ifigênia”, “Narciso” e “Hamlet”, convindo lembrar que esta é a primeira obra que se conhece inspirada na imortal tragédia de Shakespeare.

Todavia, foi na música instrumental que Domenico Scarlatti encontrou seu campo predileto. Os exercícios para o cravo, denominados mais tarde “sonatas” foram as únicas obras publicadas durante sua vida. Do seu valor e interesse podem testemunhar todos aqueles que se dedicam ao piano, pois permanecem ainda hoje, juntamente com o prelúdios e fugas do “Cravo bem temperado”, de Bach, obrigatoriamente, na literatura pianística universal.

Os virtuosos cada vez mais inscrevem suas sonatas nos programas. Elas não comportam senão uma peça e correspondem ao sentido primitivo do termo “sonata”. Constituem um repertório de peças de todos os estilos, de maravilhosa variedade: fugas, danças, páginas de feição dramática, arabescos impetuosos, meditações, frivolidades, todas as riquezas da linguagem sonora são exploradas, consideradas ainda hoje obras primas da arquitetura musical, pela simples melodia, vivacidade, riqueza, elegância, enfim tudo quanto preludia a glória do piano. E são muitas. A mais completa edição, a de Longo, reúne 550 peças.

Mal parece um compositor que viveu o período mais artificial da história da música. Ele não olhava para a sociedade que o rodeava, mas via, ao seu redor, a natureza e os episódios mais insignificantes do cotidiano podiam despertar sua inspiração. Um exemplo é bastante conhecido: conta-se que certo dia o seu gato pulou sobre o teclado do cravo e nele pôs-se a andar; cada passo de suas patinhas era uma nota. Scarlatti afastou-o e daquela viravolta nasceu uma melodia. Nada melhor: eis um tema magnífico. E o compositor brindou-nos com a “Fuga do Gato”, uma de suas obras-primas.

Há uma fase na vida de Domenico Scarlatti que não pode ser olvidada: é o trabalho imenso que realizou na Península Ibérica. Convidado por D. João V para organizar o Conservatório de Lisboa, passou-se para a capital portuguesa em 1721. Mais tarde, quando a infanta portuguesa consorciou-se com o príncipe Fernando das Astúrias, levou Scarlatti para Madrid, onde o mestre realizou trabalho semelhante

ao de Lisboa. Tornou-se ele o responsável pela esplêndida escola cravística ibérica do século XVIII, na qual aparecem os nomes de Antonio Soler, Rafael Angles, Felipe Rodriguez, José Salles e Mateo Albeniz, entre os espanhóis, e os de Frei Jacinto, Carlos Seixas e João de Souza Carvalho, entre os portugueses. A tradicional vocação dos Braganças para a música, aliada à capacidade do mestre napolitano, tornou Lisboa um dos grandes centros musicais europeus do século XVIII, cujas obras vem sendo ultimamente exumadas para surpresa de todo o mundo. Oportunamente voltaremos ao assunto, tratando particularmente desta Escola Ibérica. 12-2-2000